

ARMAR-SE OU NÃO?

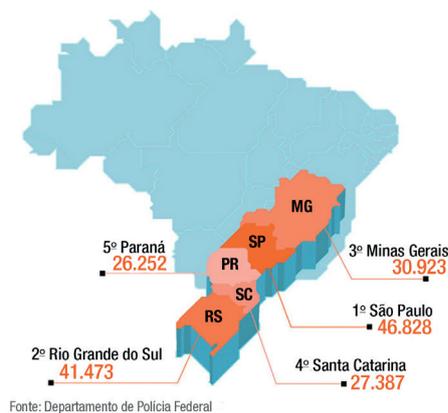
PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores a seguir e com base em seus conhecimentos e reflexões, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **Os efeitos do controle de porte de armas de fogo no Brasil**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista.

TEXTO 1

Veja números do registro de armas de fogo no país

POSSE PARA CIDADÃO COMUM POR ESTADOS



REGISTRO DE ARMAS DE FOGO PARA A POPULAÇÃO CIVIL 2015

Nos primeiros **4 meses** do ano, o Departamento de Polícia Federal (DPF) efetuou **2.318** registros de armas de fogo no país, sendo **82,7%** para pessoas físicas. O restante (**17,3%**) das armas registradas foi para empresas de segurança privada, lojas de armas e órgãos de segurança pública de natureza civil. Para militares, quem faz o registro é o Exército.

REGISTROS ATIVOS

Quase metade (**47,1%**) das **631.144** armas com registro ativo está nas mãos de pessoas físicas. Empresas de segurança privada detêm o registro de **239.834** armas de fogo – **38%** do total.

Pablo Alejandro; Rafael Teodoro; Murilo Souza. “Estatuto de controle de armas de fogo”. Agência Câmara. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/estatuto-de-controle-de-armas-de-fogo/index.html>>. (Adapt.).

TEXTO 2

Como era o Brasil quando as armas eram vendidas em *shoppings* e munição nas lojas de ferragem

[...] De acordo com os indicadores da época, os anos em que a população podia se armar para teoricamente “fazer frente à bandidagem” não foram de paz absoluta, mas de crescente violência, segundo dados do Ministério da Saúde e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. De 1980 até 2003, as taxas de homicídios subiram em ritmo alarmante, com alta de aproximadamente 8% ao ano. [...] Para conter o avanço das mortes, foi sancionado, em 2003, o Estatuto do Desarmamento, que restringiu drasticamente a posse e o acesso a armas no país e salvou mais de 160.000 vidas, segundo estudos. Atualmente a taxa está em 29,9, o que pressupõe que o desarmamento não reduziu drasticamente os homicídios, mas estancou seu crescimento.

[...]

Gil Alesi. “Como era o Brasil quando as armas eram vendidas em *shoppings* e munição nas lojas de ferragem”. *El País*, 31 out. 2017.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191_181548.html>.

TEXTO 3

Mais armas, menos crimes?

Os dados são ao mesmo tempo estarrecedores e banais: 61.619 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2016, segundo informações do 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados em outubro do ano passado. Nunca se matou tanto no país: são 168 homicídios por dia, sete por hora. Em nenhum país do mundo se mata mais do que no Brasil, em números absolutos: um em cada dez assassinatos cometidos no mundo acontecem em território brasileiro. Esse é o lado estarrecedor. O banal? Nada disso é novidade. [...] É praticamente consenso entre especialistas em segurança pública que a falta de prioridade da agenda de redução dos homicídios é um problema crônico no Brasil. E eles alertam: no vácuo de políticas públicas de longo prazo, ganham força propostas que, amparadas pelo pânico social criado pela escalada dos índices de violência, procuram desmontar as poucas iniciativas efetivas implementadas nos últimos anos.

Uma delas é uma lei que completa 15 anos em 2018: o Estatuto do Desarmamento. [...] a lei impôs várias restrições ao porte de armas por civis. Entre outros requisitos, estabeleceu que os interessados em adquirir arma de fogo devem ter mais de 25 anos (anteriormente a idade mínima era de 21 anos), e precisam

apresentar à Polícia Federal uma declaração que justifique a necessidade da aquisição da arma além de documentos que comprovem que o interessado possui capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada por profissionais credenciados pela própria Polícia Federal. A lei também especificou na legislação penal os crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de armas de fogo e ampliou as penas para o porte de arma em situação irregular. Além disso, o Estatuto criou, por meio do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), um banco de dados com as características das armas em circulação no país, permitindo que armas e munições sejam rastreadas em investigações criminais. A partir do Estatuto, o governo federal também instituiu a Campanha do Desarmamento, que previa o pagamento de indenização às pessoas que entregassem suas armas de fogo sem registro à Polícia Federal. A campanha tirou de circulação 570 mil armas entre 2004 e 2011.

O que propõem os parlamentares

A lei vem enfrentando resistência desde que foi concebida, no entanto. Segundo levantamento do Nexo Jornal, desde 2004, o Estatuto sofreu mais de 20 alterações em relação ao texto original. A grande maioria das alterações flexibilizou as regras para o porte de armas no país. No contexto atual, a disputa se acirrou: vários projetos que tramitam hoje no Congresso Nacional propõem simplesmente revogar o Estatuto. O principal argumento de quem defende a medida é o de que a lei se mostrou ineficaz para a redução da criminalidade no país. Exemplo disso seria o próprio número de homicídios por armas de fogo, que saltou de 33.419 em 2005 para 41.817 em 2015, segundo dados do Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A taxa de homicídio no país no mesmo período cresceu 10,6%, passando de 26,1 para 28,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Já o número de latrocínios – roubo seguido de morte –, segundo o 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aumentou 57,8% em sete anos no país, passando de 1.593 em 2010 para 2.514 em 2016.

[...]

O que dizem as pesquisas

[...]

Para pesquisadores da área de segurança pública, os argumentos trazidos pelos parlamentares para defender a revogação do Estatuto não têm fundamentação nas pesquisas sobre esse tema desenvolvidas ao longo da última década. Algumas delas, realizadas por Daniel Cerqueira, pesquisador do Ipea, têm apontado que o aumento no número de assassinatos cometidos por armas de fogo na última década no Brasil não significa que o Estatuto do Desarmamento foi ineficaz. Segundo ele, para entender o impacto da lei, é preciso comparar o crescimento das taxas de homicídio antes e depois de sua entrada em vigor. Em apresentação feita em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2015, o pesquisador argumentou que a aprovação do Estatuto pode ter poupado a vida de 121 mil pessoas entre 2004 e 2012. Para chegar a essa conclusão, ele comparou o crescimento nas taxas de homicídio no país, ou seja, o número de assassinatos a cada

100 mil habitantes, nos períodos anterior e posterior à aprovação da lei. Segundo ele, entre 1995 e 2003, essa taxa cresceu 21,4%. Já entre 2004 e 2012, esse crescimento foi de apenas 0,3%. [...]

André Antunes. “Mais armas, menos crimes?”. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Rio de Janeiro, 24 jan. 2018. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mais-armas-menos-crimes>.

*Todos os links foram acessados em: 14 mar. 2018.

ORIENTAÇÕES PARA O ALUNO

Você poderá rascunhar sua redação previamente, no entanto seu texto definitivo – que será entregue para o(a) professor(a) – deverá ser escrito à tinta, em um limite de, no mínimo, 7 e, no máximo, 30 linhas. Lembramos ainda que sua redação deverá ser autoral e que os textos motivacionais foram apresentados apenas para despertar os seus conhecimentos sobre o tema. Portanto, é proibida a cópia parcial/total desses textos.

Além disso, sob pena de a redação ser desqualificada, não serão admitidos o uso de palavras de baixo calão, o desrespeito aos princípios dos direitos humanos, a fuga total ao tema/gênero textual proposto ou a inserção de partes deliberadamente desconectadas do assunto em pauta.

Bom trabalho!

Professora Sônia Tomita Limeira

Orientações para o professor

A partir da temática proposta, o aluno é convidado a refletir e a manifestar sua opinião com relação aos **efeitos do controle de porte de armas de fogo no Brasil**. Isso significa que a discussão deverá centrar-se no modelo de controle de armas vigente no país, bem como na avaliação de sua eficácia. Assim, redações que se limitarem a debater exclusivamente sobre o direito ao porte de armas – sem qualquer menção ao sistema de controle ou aos efeitos que ele exerce sobre a sociedade no contexto brasileiro – ou, ainda, que não apresentarem nenhuma proposta de intervenção, apenas tangenciarão o tema e deverão sofrer os descontos necessários no momento da avaliação.

Além disso, independentemente do ponto de vista defendido, o professor deverá estar atento para que os conteúdos das produções não desrespeitem os princípios dos direitos humanos. Nesse sentido, propor o combate à violência por meio de mais violência, desvalorizar a vida humana ou incentivar a adoção de medidas ilegais são alguns exemplos de violações que não deverão ser admitidos.